

Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas Via Varejo S.A.

Trimestre findo em 30 de Setembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Em milhões de reais, exceto quando
indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via Varejo”), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis através das bandeiras “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, além das plataformas de e-commerce “pontofrio.com.br”, “casasbahia.com.br” e “extra.com.br”. Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código “VVAR3”.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 26 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.065 filiais ativas (854 com a bandeira Casas Bahia e 211 com a bandeira Ponto Frio). Do total de lojas, 285 eram localizadas em *shopping centers* e 780 eram lojas de rua, localizadas em todas as regiões do país.

2. Apresentação e elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e remuneração baseada em ações.

2.3. Declaração de conformidade

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2020.

2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros.

2.6. Impactos da COVID-19

Recentemente, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus ("COVID-19") configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário de suas lojas físicas a partir de 21 de março de 2020.

Durante o segundo trimestre, em virtude da implementação de novas estratégias e os investimentos feitos em tecnologia, fizeram com que a Companhia crescesse substancialmente suas vendas *online*. Adicionalmente, as lojas foram sendo reabertas de acordo com os cronogramas e padrões de segurança definidos pelos Estados e Municípios. A quantidade de lojas em funcionamento em 30 de junho de 2020 era de 639. Durante o terceiro trimestre de 2020, as lojas foram gradativamente reabertas, de forma que, em 30 de setembro de 2020, todas as lojas da Companhia já estavam em funcionamento. Independentemente da reabertura das lojas, a Companhia continua adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) instituição de dois comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iii) otimização de estoque, com mercadorias de última geração e em quantidade suficiente para fazer frente a eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento; (iv) aprimoramento do canal *online*, com uma plataforma robusta que comportará um eventual aumento de demanda das lojas físicas para o meio digital e alinhamento com prestadores de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega a domicílio; (v) emprego de *home office* para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e (vi) criação de um *hotline* 0800 para esclarecer eventuais dúvidas de nossos colaboradores acerca da COVID-19 e das medidas que a Companhia vem adotando face à pandemia.

Não obstante, neste momento, nem a Companhia nem sua Administração conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva.

Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Companhia

a) Risco de continuidade operacional

Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias de saúde, notadamente aqueles oriundos da epidemia provocada pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de desabastecimento, em virtude dos grandes países produtores de componentes eletrônicos estarem localizados no continente asiático, mais impactado inicialmente pela pandemia. Estima-se que somente a China responde por 42% dos componentes eletrônicos importados pelas indústrias brasileiras do setor; (ii) tornar mais difícil ou oneroso obter financiamento para as operações ou refinar a dívida no futuro; (iii) prejudicar a condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores e; (iv) reduzir os programas de investimentos.

A Companhia possui constante monitoramento e manteve as compras em meio a pandemia para se precaver quanto ao risco de desabastecimento. Adicionalmente, a Companhia efetuou alongamento de dívidas de aproximadamente R\$4 bilhões durante o segundo trimestre de 2020 que tinha vencimento médio de 60 dias para um prazo aproximado de 1,3 ano, o que somado à capitalização via emissão subsequente de ações da Companhia de aproximadamente R\$4,4 bilhões, resultou na somatória entre as medidas de reforço e preservação de caixa, em um total de R\$8,4 bilhões.

A Companhia acredita que não possui evidências de algum risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras não esperadas que deteriore o ambiente econômico e de negócios, ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em um aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções e, eventualmente, podem afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

b) Risco de perdas com base no valor realizável dos estoques

O pronunciamento técnico CPC 16 – Estoques, estabelece que a Companhia mensure seus estoques pelo menor valor entre custo ou valor realizável líquido. Valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. A Companhia avalia mensalmente se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e quando aplicável, registra as perdas em virtude da existência de estoques com valor superior ao valor realizável. Para tanto, a Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa. O montante total de perda estimada ao valor realizável líquido está apresentado na nota explicativa nº 7.

c) Risco relacionado a recuperabilidade de ativos financeiros

As perdas esperadas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, e a Companhia considera os aspectos determinantes do risco de crédito do portfólio como o histórico de perdas. Além disso, avalia fatores econômicos que podem afetar as perdas esperadas de crédito. Neste processo observam-se dados internos e variáveis exógenas, como por exemplo, o percentual de desemprego informado na PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber e o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes, que estão apresentados na nota explicativa nº 6.

d) Risco relacionado a recuperabilidade do ativo imobilizado

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Pelo menos anualmente, a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras, em virtude do cenário macroeconômico. A Companhia realizou novas análises referentes a necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. Vide nota explicativa nº 11.

e) *Covenants*

O pronunciamento contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, estabelece que se uma entidade quebrar um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do *covenant*. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas estão apresentados na nota explicativa 13(d).

2.7. Aquisições

Durante o segundo semestre de 2020, a Companhia finalizou o processo de aquisição de duas empresas. A conclusão destas aquisições e a integração entre os sistemas da Companhia com das novas controladas marca mais uma etapa do processo de *turnaround* que a Companhia vem passando. A seguir mais detalhes acerca das aquisições efetuadas:

a) ASAPLog

Em 27 de abril de 2020, a Companhia anunciou a aquisição da ASAPLog através da sua controlada e braço logístico do grupo, VVLog Logística Ltda.. A ASAPLog é uma empresa de tecnologia e atua no setor de logística ("LogTec"), especializada em soluções para logística urbana, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente. Nos últimos anos, a ASAPLog vem transformando o cenário de entregas de pequenos varejistas de *e-commerce*, com uma plataforma de fácil usabilidade, privilegiando o "*crowdshipping*" como solução para a entrega última milha ("*last mile*"), contando com uma ampla rede de entregadores autônomos.

Essa aquisição é, portanto, uma relevante contribuição para o desenvolvimento acelerado em tecnologia logística da Companhia, e trará forte apoio para explorar a integração da sua malha logística, inclusive controlando a gestão dos Mini Hubs ("*shipping from store*"), reduzindo drasticamente o custo logístico e o prazo de entrega. É, também, parte relevante para a melhoria de soluções para seus parceiros de Marketplace ("*sellers*").

b) Airfox/BanQi

Em 21 de maio de 2020, a Companhia anunciou que concluiu a aquisição da CarrierEQ, Inc. ("Airfox") através da sua controlada Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. A Airfox é uma *fintech* americana localizada em Boston e entre as suas atividades operará como um hub de inovação tecnológica. Em 30 de setembro de 2020, a Airfox possui uma participação de 99,99% na BanQi Instituição de Pagamento Ltda ("BanQi"). O BanQi é a plataforma de conta digital da Companhia. A integração do aplicativo permite aos usuários o acesso a serviços de depósitos, saque em lojas, assim como a opção de pagar carnês, boletos, contas, fazer transferências e efetuar recargas de celular pelo aplicativo.

Em cumprimento ao CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a Companhia irá concluir a avaliação do valor justo dos ativos líquidos, adquiridos em 21 de maio de 2020, nos 12 meses a contar da data da combinação de negócios. A Companhia não espera que exista mudanças significativas na avaliação dos ativos líquidos adquiridos e dos intangíveis já identificados.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição da Airfox é apresentado a seguir:

Balanço patrimonial	Valor justo provisional na aquisição 21.05.2020
Ativos circulantes	45
Intangível – software	89
Ativos não circulantes	14
	148
Passivos circulantes	65
Passivos não circulantes	102
Patrimônio líquido	(19)
	148

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de Negócios para a efetivação da compra e segregação do ágio, utilizando as demonstrações contábeis da época da aquisição para a alocação do preço de compra. O ágio gerado na aquisição representa o montante de R\$189, que compreende a relação entre o valor da consideração transferida pela Companhia, no montante de R\$170, e o valor justo do patrimônio da empresa adquirida.

Este ágio é atribuído, principalmente, às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. A Companhia deverá apresentar o valor definitivo dentro do período de mensuração de acordo com o CPC 15 - Combinação de negócios.

O valor do desembolso de caixa para aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido, é de R\$50, que corresponde ao montante de R\$92, pago em 2020 deduzido do caixa adquirido de R\$42.

2.8. Oferta subsequente de ações "Follow on"

Em 03 de junho de 2020, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração (RCA) a emissão inicial de 220.000.000 ações ordinárias, com esforços restritos de colocação, a qual poderia ser acrescida em até 35%, ou seja, em até 77.000.000 de ações ordinárias ("Ações Adicionais"), a depender da demanda.

A cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 em 3 de junho de 2020, foi de R\$13,48 (valor este meramente indicativo do Preço por Ação), o qual poderia variar para mais ou para menos, conforme conclusão do Procedimento de Bookbuilding. Dessa forma, o montante total da Oferta Restrita, com base neste Preço por Ação indicativo, seria de R\$2.965.600.000,00, sem considerar a colocação das Ações Adicionais, ou de R\$4.003.560.000,00, considerando a colocação das Ações Adicionais.

O preço por Ação foi fixado em R\$15,00 pelo Conselho de Administração após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores profissionais. Diante do preço por Ação e da emissão de 297.000.000 ações, o montante total da Oferta foi de R\$4.455.000.000,00. O capital social da Companhia foi aumentado em R\$2.227.500.000,00, mediante a emissão de 297.000.000 de novas ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de junho de 2020, e o valor remanescente de R\$2.227.500.000,00 foi destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações.

Os recursos líquidos oriundos da Oferta Restrita foram destinados para (i) investimentos em tecnologia e logística, inovação e desenvolvimento; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

2.9. Encerramento de lojas

Em 16 de setembro de 2020, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (RCA) o fechamento de determinadas lojas em virtude de um estudo detalhado elaborado com o propósito de identificar os estabelecimentos deficitários e eliminar sobreposição de lojas nos micromercados.

Em virtude da decisão supracitada, a Companhia revisitou os prazos não canceláveis de arrendamento e remensurou seus passivos de arrendamento, incluiu os valores referentes as multas por rescisão e os gastos para restaurar os imóveis às condições requeridas pelos termos e condições dos contratos de arrendamento. O valor líquido total, referente a remensuração dos passivos de arrendamento, ativos de direito de uso, imobilizado e intangível, perfaz o montante de R\$92, sendo registrado no resultado na rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais". A segregação dos respectivos saldos de Ativos e Passivos pode ser encontrada abaixo:

Descrição	Total
Ativo de direito de uso	(192)
Passivo de arrendamento	227
Imobilizado e Intangível	(38)
Gastos para deixar os imóveis nas condições originais	(16)
Alugueis e gastos rescisórios	(73)
Total	(92)

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia, salvo pelas alterações mencionadas a seguir. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações contábeis:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4. Principais práticas contábeis

Nas situações em que não ocorreram alterações significativas na natureza dos saldos contábeis ou nas políticas da Companhia, os detalhamentos divulgados nas demonstrações contábeis anuais referentes exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram integralmente reproduzidos nestas ITRs. Em virtude disso, estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais de 2019, publicadas em 25 de março de 2020.

Consolidação

Na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas informações contábeis das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Investimentos	30.09.2020	
	Participação direta	Participação indireta
Controladas		
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil")	100,00%	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog")	-	100,00%
Carrier EQ, LLC ("Airfox")	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Caixa e contas bancárias		136	132	149	136
Aplicações financeiras compromissadas	95,96% do CDI a.a.	1.917	1.152	1.959	1.191
Aplicações financeiras automáticas	8,79% do CDI a.a. (i)	4	36	14	37
		2.057	1.320	2.122	1.364

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Administradoras de cartões de crédito	5.753	3.004	5.753	3.004
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	2.564	2.529	2.564	2.529
Contas a receber - B2B (ii)	173	206	173	206
Outras contas a receber	264	227	266	228
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(487)	(489)	(487)	(489)
	8.267	5.477	8.269	5.478
Circulante	7.878	5.111	7.880	5.112
Não circulante	389	366	389	366

(i) Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), conforme nota explicativa nº 13(a)(i), que podem ser parceladas em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 12 meses.

(ii) Referem-se a vendas realizadas a outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

b) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Saldo no início do período	(489)	(427)	(489)	(498)
Perda estimada registrada no período	(556)	(408)	(556)	(452)
Incorporação Cnova	-	(72)	-	-
Baixas de contas a receber	558	396	558	439
Saldo no fim do período	(487)	(511)	(487)	(511)
Circulante	(431)	(465)	(431)	(465)
Não circulante	(56)	(46)	(56)	(46)

c) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

Controladora											
30.09.2020						31.12.2019					
Vencidos						Vencidos					
A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total
Administradoras de cartão de crédito	5.738	1	1	1	12	5.753	3.004	-	-	-	3.004
Financiamento ao consumidor - CDCI	2.349	91	43	33	48	2.564	2.328	95	40	28	2.529
Contas a receber "B2B"	154	15	1	2	1	173	194	4	2	1	206
Outras contas a receber	257	5	2	-	-	264	225	-	-	-	227
	8.498	112	47	36	61	8.754	5.751	99	42	29	5.966

Consolidado											
30.09.2020						31.12.2019					
Vencidos						Vencidos					
A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 - 60 dias	61-90 dias	Acima de 90 dias	Total
Administradoras de cartão de crédito	5.738	1	1	1	12	5.753	3.004	-	-	-	3.004
Financiamento ao consumidor - CDCI	2.349	91	43	33	48	2.564	2.328	95	40	28	2.529
Contas a receber "B2B"	154	15	1	2	1	173	194	4	2	1	206
Outras contas a receber	257	6	2	-	1	266	226	-	-	-	228
	8.498	113	47	36	62	8.756	5.752	99	42	29	5.967

7. Estoques

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Lojas	1.850	2.184	1.850	2.184
Centros de distribuição	3.713	2.431	3.743	2.445
Almoxarifado	13	14	14	15
Perda estimada ao valor realizável líquido	(36)	(79)	(37)	(79)
	5.540	4.550	5.570	4.565

b) Movimentação da perda estimada para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Saldo no início do período	(79)	(50)	(79)	(102)
Reversões (adições)	26	(171)	25	(178)
Perdas realizadas	17	36	17	55
Incorporação Cnova	-	(40)	-	-
Saldo no fim do período	(36)	(225)	(37)	(225)

8. Tributos a recuperar

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
ICMS a recuperar (ii)	3.009	2.757	3.012	2.758
PIS e COFINS a recuperar (iii)	1.535	751	1.536	752
Imposto de renda e contribuição social	232	208	249	225
INSS a recuperar (i)	236	98	236	98
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (ii)	1	1	2	2
Outros	9	7	12	9
	5.022	3.822	5.047	3.844
Circulante	1.461	1.029	1.485	1.050
Não circulante	3.561	2.793	3.562	2.794

- (i) Em setembro de 2020, a Companhia registrou o montante atualizado de R\$ 127 a título de INSS a recuperar, decorrente de decisões favoráveis recentes no CARF, jurisprudências e embasamento na Lei 13.988/2020, e seus efeitos sobre as bases do salário de contribuição das empresas do grupo.
- (ii) A expectativa de realização do ICMS a recuperar e ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado é indicada a seguir:

Em 30 de setembro de 2020	Controladora	Consolidado
3 meses de 2020	131	134
2021	350	350
2022	368	368
2023	443	443
2024	551	551
2025 a 2027	1.167	1.168
	3.010	3.014

O plano de realização do crédito de ICMS é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas, bem como reavaliação das mesmas conforme os eventos de negócio, permitindo o melhor desempenho da realização do crédito.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela acima.

A realização do crédito se dá, também, através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais e requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Essa metodologia é determinada em legislação de cada Estado e é seguida pela Companhia.

Crédito Extemporâneo - Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre ressarcimento do ICMS-ST

No primeiro trimestre de 2020, foram contabilizados R\$89 de créditos extemporâneos, em adição aos que já haviam sido registrados em anos anteriores, oriundos de revisão adicional das operações com ICMS-ST. O trabalho para obtenção do crédito teve por sustentação a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em âmbito de repercussão geral, que autorizou os contribuintes a ressarcirem o ICMS-ST pago a maior nas hipóteses em que a base de cálculo que serviu de referência para o recolhimento, for superior ao preço praticado na venda a consumidor final. Tal valor corresponde aos Estados de MG, PR, SP e RJ e foram registrados em contrapartida ao custo de mercadoria vendida.

(iii) A expectativa de realização do PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

Em 30 de setembro de 2020	Controladora	Consolidado
3 meses de 2020	168	170
2021	701	701
2022	666	665
	1.535	1.536

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF em sede de repercussão geral, ocorrido em 15 de março de 2017, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo com as respectivas deduções.

Em dezembro de 2018, a Companhia alienou parte do direito aos créditos dessas ações para um terceiro, pelo valor total de R\$50. Em março de 2019, fez uma alienação adicional pelo valor de R\$50. Ambas as alienações foram registradas na rubrica de “Receitas de venda de mercadorias e serviços” de acordo com a política contábil da Companhia.

Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado de processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

O montante registrado desses créditos totalizava R\$266 (em valores atualizados), sendo que destes, R\$152 deveriam ser transferidos ao adquirente dos créditos, dos quais R\$ 120 já haviam sido liquidados até 30 de setembro de 2020. Os R\$114 dos créditos restantes, que não fazem parte da Escritura Pública de Concessão de Crédito, são pertencentes a Companhia e foram registrados nas rubricas de “PIS e COFINS a recuperar”, sendo o principal de R\$64 registrado em “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e atualização monetária de R\$50 em “Resultado financeiro, líquido”. A Companhia já habilitou os referidos créditos na Receita Federal do Brasil e compensou com débitos de tributos federais o montante de R\$59.

Em maio de 2020, conforme Fato Relevante publicado, a Companhia obteve decisão favorável em mais um processo de discussão do direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante informado desta parcela dos créditos totalizava R\$374 (em valores atualizados), que após uma revisão dos cálculos identificou-se que este montante representa R\$364 registrados nas rubricas de “PIS e COFINS a recuperar”, sendo o principal de R\$241 em “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e atualização monetária de R\$123 em “Resultado financeiro líquido”.

Em setembro de 2020, a Companhia registrou o montante de R\$625 (sendo R\$505 referente ao principal e R\$120 referente a atualização monetária, contabilizados nas rubricas de “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e “Resultado financeiro líquido”, respectivamente), relativo a ações previamente transitadas em julgado, em decorrência de posteriores decisões ao julgamento do STF, bem como da análise de jurisprudências recentes.

A Companhia ainda detém processos que aguardam trânsito em julgado. Em sua melhor estimativa, a Administração entende que os efeitos de tais créditos, referentes ao período de 2010 a fevereiro de 2017, totalizam, aproximadamente R\$37 em 30 de setembro de 2020 (R\$484 em 31 de dezembro de 2019). Estes valores consideram a atualização monetária e estão líquidos dos honorários a serem pagos aos advogados.

A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como sua possível modulação. No entanto, os assessores jurídicos da Companhia estimam que a decisão da aplicação dos efeitos da modulação não limitará o direito da ação judicial proposta.

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)
Controlador (**)								
Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (c), (d), (e), (f)	-	-	-	-	-	(10)	-	(12)
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b), (d), (e)	16	9	-	-	(258)	(398)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (d)	-	-	-	-	-	(1)	-	-
ASAPLog Ltda. ("ASAPLog")	-	-	-	-	(2)	-	-	-
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (e)	-	1	-	-	-	(76)	-	-
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (d), (e), (g)	-	-	-	-	-	(244)	-	-
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	1	-	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
Finaceira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(3)	(13)	(3)	(13)	(7)	(6)	(7)	(8)
Banco Investcred Unibanco S/A ("BINV") (a)	-	5	-	5	(1)	2	(1)	2
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") (d) (**)	-	-	-	-	-	-	-	3
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. ("Greenyellow") (d) (**)	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d), (f)	(216)	(285)	(191)	(288)	(374)	(192)	(381)	(197)
	(202)	(283)	(194)	(296)	(642)	(929)	(389)	(216)
Arrendamento mercantil								
Ativo de direito de uso	1.040	1.123	1.066	1.151	(93)	(82)	(95)	(84)
Passivo de arrendamento	(1.478)	(1.522)	(1.517)	(1.590)	(133)	(139)	(137)	(143)
	(438)	(399)	(451)	(439)	(226)	(221)	(232)	(227)
Ativo - partes relacionadas	289	237	282	262				
Circulante	234	151	190	139				
Não circulante	55	86	92	123				
Passivo - partes relacionadas	(53)	(121)	(25)	(119)				
Circulante	(53)	(121)	(25)	(119)				

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(**) Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. Dessa forma, as empresas Sendas e Greenyellow, que fazem parte do grupo CBD, também deixaram de ser partes relacionadas da Companhia.

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro anterior, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais e de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia.

A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No período findo em 30 de setembro de 2020, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$213 (R\$202 em 31 de dezembro de 2019). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", demonstrado na nota explicativa nº 6(a).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$9 (R\$13 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

b) Contratos de mútuos com controladas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia não tinha nenhum contrato de mútuo com suas controladas.

	<u>30.09.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	110,0%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	-	105,0%

c) Operações com a CBD

A CBD é ainda avalista da Companhia em um contrato de distribuição de seguros, além de fiadora em um contrato de contragarantia e de locação de imóveis. Adicionalmente, há também o reembolso de despesas de aluguel entre as partes.

A Companhia adquiria cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto à CBD, em preços semelhantes à concorrência. Não houve despesa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (R\$25 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

d) Operações de aluguéis e prestação de serviços

A Via Varejo realiza operações de aluguel com CBD, Sendas e GAS. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 296 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com a Casa Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB.

A seguir, a composição dos valores decorrentes dos contratos de arrendamento:

	Consolidado			
	<u>30.09.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Balanco patrimonial	Direito de Uso	Direito de Uso	Passivo de Arrendamento	Passivo de Arrendamento
Casa Bahia Comercial Ltda.	1.066	1.151	(1.517)	(1.590)

	Consolidado			
	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2019 reapresentado (*)</u>	<u>30.09.2020</u>	<u>30.09.2020 reapresentado (*)</u>
Demonstração do resultado	Depreciação	Depreciação	Juros de arrendamento	Juros de arrendamento
Casa Bahia Comercial Ltda.	(95)	(84)	(137)	(143)

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Até 1º de julho de 2019 (data da cisão parcial da Cnova Brasil com a subsequente incorporação da parcela cindida pela Via Varejo), a Via Varejo ofertava seus produtos no endereço eletrônico da sua controlada Cnova Brasil, pagando uma comissão pela utilização desse espaço de venda da controlada. A Companhia reconheceu, até a data da cisão, uma despesa de R\$20 para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. A partir da cisão parcial, a Via Varejo passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de *marketplace* anteriormente exercidos pela Cnova Brasil.

Em 2018, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Greenyellow para implementar soluções de eficiência energética em algumas filiais, com o objetivo de monitorar e garantir a redução do consumo de energia elétrica. A Greenyellow é remunerada por um percentual da redução dos custos de energia. Adicionalmente, a Greenyellow atua como fornecedora de determinados ativos classificados na rubrica de “Instalações”, do ativo imobilizado da Companhia.

e) Compra e venda de mercadorias e serviços

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		30.09.2020	30.09.2019
Cnova	Venda de mercadorias	-	13
CBD	Comissão por intermediação de compra	-	20
Bartira	Compra de mercadorias	(258)	(399)
VVLog	Contratação de serviços de frete	-	(77)
Cnova	Compra de mercadorias	-	(225)
ASAPLog	Contratação de serviços de frete	(2)	-

f) Acordo de associação Via Varejo, CBD e CB e instrumentos correlatos

Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação (“Acordo de Associação”) entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros direitos, assegurou à Via Varejo o direito de ser indenizada, a título de perdas e danos, por CBD, CB e sócios da CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas relativo a fatos ou atos cuja origem ou fato gerador tenham ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Via Varejo (anteriormente denominada Globex Utilidades) e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos.

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativo às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas informações contábeis intermediárias.

g) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (Diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, foram as seguintes:

		30.09.2020		
		Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria		9	25	34
Conselho de Administração		5	-	5
		14	25	39

		30.09.2019		
		Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria		9	4	13
Conselho de Administração		4	-	4
		13	4	17

10. Investimentos

a) Saldos e movimentação

		Controladora				
		Lake	Bartira	Cnova Brasil	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado (*)		107	758	(57)	72	880
Aumento de capital (i)		-	-	96	-	96
Lucros não realizados nos Estoques		-	(8)	-	-	(8)
Incorporação Cnova		-	-	210	-	210
Distribuição de dividendos		(4)	-	-	(5)	(9)
Equivalência patrimonial por resultado		32	(4)	(240)	5	(207)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes		-	-	7	-	7
Saldo em 30 de setembro de 2019 - reapresentado (*)		135	746	16	72	969

		Controladora				
		Lake	Bartira	Cnova Brasil	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		150	735	16	72	973
Aumento de capital (ii)		181	-	-	-	181
Lucros não realizados nos Estoques		-	5	-	-	5
Distribuição de dividendos		(4)	-	-	-	(4)
Equivalência patrimonial por resultado		17	(18)	-	(4)	(5)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes		(6)	-	-	-	(6)
Saldo em 30 de setembro de 2020		338	722	16	68	1.144

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Em 2019, a Companhia aumentou o capital social da controlada Cnova Brasil, no montante de R\$96, mediante conversão de dívidas contraídas junto a Via Varejo.

(ii) Em 2020, a Companhia aumentou o capital social da controlada Lake no valor total de R\$181, sendo o montante de R\$124 em dinheiro e R\$57 decorrentes de Notas Conversíveis em Ações emitidas pela empresa Airfox em favor da Via Varejo. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2.7(b).

	Consolidado		
	FIC	BINV	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	79	29	108
Equivalência patrimonial	26	6	32
Distribuição de dividendos	(3)	(2)	(5)
Saldo em 30 de setembro de 2019	102	33	135

	Consolidado		
	FIC	BINV	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	108	37	145
Equivalência patrimonial	35	6	41
Distribuição de dividendos	(6)	(4)	(10)
Saldo em 30 de setembro de 2020	137	39	176

b) Informações contábeis resumidas das coligadas

FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A.. A Companhia exerce influência significativa nos investimentos, mas não o controle. A participação no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

A seguir, informações das coligadas que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
<u>Balanço patrimonial</u>				
Ativo circulante	6.261	7.086	624	640
Ativo não circulante	43	51	-	-
Ativo total	6.304	7.137	624	640
Passivo circulante	5.148	6.185	548	563
Passivo não circulante	21	21	2	3
Patrimônio líquido (i)	1.135	931	74	74
Total passivo e patrimônio líquido	6.304	7.137	624	640
<u>Demonstração do resultado</u>	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Receitas	804	888	66	59
Resultados operacionais	417	302	22	24
Lucro líquido	249	180	11	12

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A..

11. Imobilizado

a) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 30.09.2020			Saldo em 31.12.2019			Saldo em 30.09.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	11	-	11	12	-	12	15	-	15	15	-	15
Edifícios	15	(8)	7	15	(8)	7	19	(13)	6	20	(13)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.050	(438)	612	1.069	(391)	678	1.053	(438)	615	1.072	(391)	681
Máquinas e equipamentos	237	(148)	89	225	(135)	90	426	(284)	142	416	(264)	152
Equipamentos de informática	560	(377)	183	503	(333)	170	563	(379)	184	506	(334)	172
Instalações	154	(52)	102	152	(60)	92	174	(61)	113	172	(68)	104
Móveis e utensílios	345	(186)	159	311	(163)	148	347	(188)	159	313	(165)	148
Veículos	5	(4)	1	5	(4)	1	13	(7)	6	17	(8)	9
Imobilizado em andamento	72	-	72	63	-	63	73	-	73	64	-	64
Outros	56	(43)	13	54	(38)	16	57	(43)	14	55	(38)	17
Total	2.505	(1.256)	1.249	2.409	(1.132)	1.277	2.740	(1.413)	1.327	2.650	(1.281)	1.369

Movimentação 2019	Controladora						Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Incorporação	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.09.2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.09.2019
	1.293	162	29	(80)	(131)	(8)	1.265	1.444	166	(84)	(150)	(8)	1.368

Movimentação 2020	Controladora					Consolidado						
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.09.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 30.09.2020
	1.277	114	1	(141)	(2)	1.249	1.369	116	(2)	(153)	(3)	1.327

b) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Depreciação e amortização	27	30	40	49

c) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do quinquênio 2020-2024, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento médio das vendas de 10,2% para o quarto e quinto anos; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos, de 3,5% a.a..

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.6, em virtude do cenário macroeconômico, a Companhia realizou novas análises referentes a necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. Estas novas análises foram efetuadas considerando as mesmas premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais, no entanto, as projeções utilizadas nos testes de valor recuperável foram revistas considerando o cenário atual devido ao surto da COVID-19, bem como atualizando as taxas de desconto e o valor contábil dos ativos.

Como resultado dessa análise, no período findo em 30 de setembro de 2020, não foi identificada a necessidade de registro adicional de redução por *impairment* (R\$31 em 31 de dezembro de 2019, relacionada a 20 lojas).

12. Intangível

a) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 30.09.2020			Saldo em 31.12.2019			Saldo em 30.09.2020			Saldo em 31.12.2019		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	819	-	819	627	-	627
Software em desenvolvimento	188	-	188	181	-	181	188	-	188	181	-	181
Software e licenças	676	(323)	353	573	(282)	291	769	(326)	443	578	(284)	294
Direitos contratuais (ii)	251	(205)	46	251	(177)	74	251	(205)	46	251	(178)	73
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	48	-	48	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	36	(14)	22	36	(13)	23
Fundo de comércio (v)	68	(67)	1	68	(67)	1	68	(67)	1	68	(67)	1
	1.183	(595)	588	1.073	(526)	547	2.179	(612)	1.567	1.787	(542)	1.245

Movimentação 2019	Controladora						Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Incorporação	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 30.09.2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 30.09.2019
	625	148	32	(106)	(72)	8	635	1.373	156	(110)	(93)	8	1.334

Movimentação 2020	Controladora						Consolidado						
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 30.09.2020	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Amortização	Transferências	Saldo em 30.09.2020
	547	130	5	(96)	2	588	1.245	136	5	281	(103)	3	1.567

(i) Ágio: A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da: (i) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (ii) ASAPLog em 2020, no montante de R\$3 e; (iii) Airfox em 2020, no montante de R\$189.

(ii) Direitos contratuais: Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos.

(iii) Marcas e patentes: Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

(iv) Contrato vantajoso: Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado.

(v) Fundos de comércio: Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

b) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia efetuou análise em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de analisar se os projetos em questão apresentavam viabilidade econômica. Aqueles casos em que não era provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não estava alinhada com a estratégia da nova Administração da Companhia, foram descontinuados. Como consequência, os saldos até então registrados foram reduzidos ao seu valor recuperável, o que resultou em uma baixa ao resultado no montante de R\$142.

No período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia não identificou outros ativos intangíveis que na avaliação da Administração não seriam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Cabe ainda mencionar que, em virtude do fechamento temporário de suas lojas físicas (conforme Fato Relevante divulgado em 21 de março de 2020), a Companhia resolveu direcionar o foco dos seus investimentos às operações de *e-commerce*. A Companhia decidiu, naquele momento, concentrar os investimentos nas áreas de logística, infraestrutura e especialmente em tecnologia.

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
CDCI (i)	5,64% a.a.	3.626	3.746	3.626	3.746
Empréstimos em moeda nacional (ii)	6,55% a.a.	2.504	-	2.504	-
Debêntures (iii)	6,51% a.a.	2.005	500	2.005	500
Notas promissórias (iv)	-	-	1.528	-	1.528
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	127	-	127
		8.135	5.901	8.135	5.901
Circulante		5.213	4.944	5.213	4.944
Não circulante		2.922	957	2.922	957
Instrumentos financeiros – <i>hedge</i> de valor justo ativo	-	-	(2)	-	(2)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos de <i>swap</i> ativo		8.135	5.899	8.135	5.899

(i) CDCI

As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“CDCI”) correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6(a)). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 30 de setembro de 2020, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 5,64% a.a. (6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Empréstimos em moeda nacional

Em 29 de junho de 2020, a Companhia firmou as condições de contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no valor de R\$2.503, com remuneração de CDI + 3,82% a.a., prazo final de 2 (dois) anos, carência de principal de 6 (seis) meses e amortização trimestral a partir de dezembro de 2020, com pagamento de juros trimestrais.

(iii) Debêntures

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 0,99% a.a., amortização final e juros semestral, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência das debêntures é de 2 anos contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 3,75% a.a. e CDI + 4,25% a.a. respectivamente, com amortização final e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 1 ano e da 2ª série de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

(iv) Notas promissórias

Em 10 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, com vencimento em setembro de 2020. Foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas com valor nominal unitário de R\$1, com remuneração de 119% do CDI, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Os valores captados foram utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios. Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou o resgate de 1.497 (mil e quatrocentas e noventa e sete) notas que estavam em circulação da 2ª emissão, colaborando assim para o alongamento do perfil de dívida da Companhia. O saldo remanescente das notas promissórias foi liquidado integralmente no vencimento.

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.321</u>	<u>4.325</u>
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	5.559	5.559
Amortizações (i)	(4.308)	(4.309)
Pagamento de juros (i)	(211)	(211)
Incorporação Cnova	3	-
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	218	218
Swap	2	2
Variação cambial	12	12
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>5.596</u>	<u>5.596</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.899	5.899
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (ii)	7.607	7.607
Amortizações (ii)	(5.317)	(5.317)
Pagamento de juros (ii)	(353)	(353)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (ii)	306	306
Swap	(3)	(3)
Variação cambial	(4)	(4)
Saldo em 30 de setembro de 2020	<u>8.135</u>	<u>8.135</u>

- (i) Em 30 de setembro de 2019, os montantes referentes apenas às operações de CDCI foram de R\$3.788 de captações, R\$3.763 de amortizações, R\$181 de pagamento de juros e R\$177 de juros incorridos.
- (ii) Em 30 de setembro de 2020, os montantes referentes apenas às operações de CDCI foram de R\$3.604 de captações, R\$3.705 de amortizações, R\$183 de pagamento de juros e R\$164 de juros incorridos.

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
3 meses de 2021	1.124	1.124
2022	1.798	1.798
Total	<u>2.922</u>	<u>2.922</u>

d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted").

Debêntures

A manutenção do vencimento contratual das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas são:

Covenants sobre dívida líquida:

- (i) Dívida líquida ajustada não superior ao Patrimônio Líquido e;
- (ii) Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBTIDA ajustado para a verificação relativa a todos os trimestres

No período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

14. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações contábeis intermediárias, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.057	1.320	2.122	1.364
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	2.514	2.473	2.516	2.474
Partes relacionadas	289	237	282	262
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	5.753	3.004	5.753	3.004
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo	-	2	-	2
Passivos financeiros				
Fornecedores	(6.402)	(7.232)	(6.479)	(7.278)
Fornecedores convênio	(489)	(647)	(489)	(647)
Empréstimos e financiamentos	(8.135)	(5.774)	(8.135)	(5.774)
Passivo de arrendamento	(3.868)	(4.543)	(3.919)	(4.583)
Partes relacionadas	(53)	(121)	(25)	(119)
Repasse a terceiros	(393)	(515)	(404)	(515)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	-	(127)	-	(127)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

b) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 30 de setembro de 2020, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros.

(i) Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o CDI, para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 2,75% a.a.. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 30.09.2020	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Aumento do CDI	1.973	52	65	78
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(4.509)	(286)	(319)	(352)
Impacto no resultado - despesa			(234)	(254)	(274)

(*) Não incluem os contratos de empréstimos CDCI por apresentarem taxas de juros pré-fixadas. A análise de sensibilidade do instrumento financeiro derivativo está apresentada no item a seguir.

(ii) Taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

A Companhia mantinha empréstimos em moeda estrangeira protegidos por contrato de *swap*, conforme descrição abaixo:

	Na data da contratação				Controladora e Consolidado		
	Contraparte	Valor referência USD milhões	Valor referência R\$ milhões	Data de contratação	Data de vencimento	Valor justo 30.09.2020	Valor justo 31.12.2019
Empréstimo em moeda estrangeira (objeto de <i>hedge</i>)	Itaú	(30)	(117)	06/07/2018	15/01/2020	-	(127)
		(30)	(117)			-	(127)
<u>Instrumentos financeiros - Hedge de valor justo</u>							
Posição ativa		30	117			-	127
Posição passiva		(30)	(117)			-	(125)
Posição <i>swap</i> líquida		-	-			-	2

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

Os ganhos e perdas sobre contratos de *swap*, realizadas ou não, são registradas no “Resultado financeiro líquido”. O saldo a receber ou a pagar, pelo valor justo, é registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros - *hedge* de valor justo”, conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, consequentemente, não houve ganho ou perda reconhecido no resultado decorrentes de mensuração do valor justo.

c) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

30.09.2020								
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	6.402	-	-	6.402	6.479	-	-	6.479
Fornecedores convênio	490	-	-	490	490	-	-	490
Empréstimos e financiamentos	5.517	3.023	-	8.540	5.517	3.023	-	8.540
Passivo de arrendamento	1.040	3.747	1.333	6.120	1.048	3.782	1.358	6.188
Partes relacionadas	53	-	-	53	25	-	-	25
Repasse a terceiros	393	-	-	393	404	-	-	404
	13.895	6.770	1.333	21.998	13.963	6.805	1.358	22.126

d) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito no caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras, na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), são linhas de crédito adquiridas junto aos bancos Bradesco, Safra, Banco do Brasil e Daycoval, visando o financiamento dos clientes; com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são calculadas conforme a política contábil da Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a). Os saldos dessas estimativas, apresentados em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

e) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado			
	30.09.2020		31.12.2019	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	2.122	2.122	1.364	1.364
Empréstimos e financiamentos	(8.135)	(4.509)	(5.901)	(2.155)
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo (Ativo)	-	-	2	2
Fornecedores convênio (i)	(489)	(489)	(647)	(647)
Dívida líquida	(6.502)	(2.876)	(5.182)	(1.436)
Patrimônio líquido	5.632	5.632	578	578
Índice de endividamento líquido	(1,15)	(0,51)	(8,97)	(2,48)

- (i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro implícito de 5,61% a.a. em 30 de setembro de 2020 (6,18% a.a. em 31 de dezembro de 2019). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

f) Mensurações do valor justo

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado		
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	2.564	2.866
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(3.626)	(3.658)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Administradoras de cartões de crédito (ii)	5.753	5.753

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do CDCI e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

15. Tributos a pagar

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
ICMS a pagar	181	166	181	167
Programa Especial de Regularização Tributária (i)	26	27	28	27
IRRF a pagar	17	19	17	19
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1	-	1	1
Outros	10	7	11	9
	235	219	238	223
Circulante	212	194	214	198
Não circulante	23	25	24	25

- (i) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), instituído pela Medida Provisória ("MP") 783/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)
Lucro (prejuízo) antes da tributação	915	(755)	902	(764)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	(311)	257	(307)	260
Subvenção de investimento (i)	73	-	74	-
Equivalência patrimonial	-	(73)	14	11
Efeito de diferenças de alíquotas de impostos de entidades no exterior	-	-	(7)	-
Prejuízo fiscal não reconhecido (ii)	-	-	-	(84)
Outras diferenças permanentes	(9)	13	(8)	19
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(247)	197	(234)	206
Corrente reconhecido por meio do resultado	(36)	-	(35)	(2)
Diferido reconhecido por meio do resultado	(211)	197	(199)	208
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	(247)	197	(234)	206

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) A Companhia possui benefícios fiscais de redução do ICMS que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar 160/17 e Lei 12.973/14. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando em uma redução no IRPJ e CSLL a pagar de R\$73 na Controladora e R\$74 no Consolidado (*nil* no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

(ii) A controlada Cnova Brasil não reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, representam o montante de R\$446 (R\$446 em 31 de dezembro de 2019).

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Provisão para demandas judiciais	433	547	445	561
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	166	166	166	166
Prejuízos fiscais e bases negativas	350	352	413	407
Provisão para despesas correntes	80	40	82	41
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	61	132	61	132
Arrendamento mercantil (IFRS 16)	240	286	244	289
Outros	56	38	58	38
Total ativo fiscal diferido	1.386	1.561	1.469	1.634
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(147)	(130)	(156)	(140)
PPA Bartira	-	-	(23)	(27)
Outros	-	-	(6)	(6)
Total passivo fiscal diferido	(147)	(130)	(185)	(173)
	1.239	1.431	1.284	1.461

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Ativo fiscal diferido	1.239	1.431	1.290	1.467
Passivo fiscal diferido	-	-	(6)	(6)

c) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 30 de setembro de 2020	Controladora	Consolidado
3 meses de 2020	175	180
2021	196	205
2022	158	167
2023	159	169
2024	171	181
Mais de 5 anos	527	567
	1.386	1.469

17. Provisão para demandas judiciais

a) Saldos e movimentação

Controladora				
	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114	686	103	903
Adições de processos novos e outras adições	1	650	126	777
Baixa de provisão por liquidação	-	(569)	(80)	(649)
Incorporação Cnova	-	2	29	31
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(108)	(186)	(70)	(364)
Atualização monetária	(5)	52	8	55
Saldo em 30 de setembro de 2019	2	635	116	753
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	1.475	322	1.799
Adições de processos novos e outras adições	-	352	118	470
Baixa de provisão por liquidação	-	(538)	(88)	(626)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(245)	(99)	(344)
Atualização monetária	-	95	24	119
Saldo em 30 de setembro de 2020	2	1.139	277	1.418
Consolidado				
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	149	700	128	977
Adições de processos novos e outras adições	1	661	140	802
Baixa de provisão por liquidação	-	(577)	(80)	(657)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(108)	(190)	(80)	(378)
Atualização monetária	(4)	53	9	58
Saldo em 30 de setembro de 2019	38	647	117	802
Saldo em 31 de dezembro de 2019	39	1.503	323	1.865
Adições de processos novos e outras adições	-	362	118	480
Baixa de provisão por liquidação	-	(552)	(88)	(640)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(245)	(99)	(344)
Atualização monetária	-	96	24	120
Saldo em 30 de setembro de 2020	39	1.164	278	1.481

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 31 de março de 2019, a Companhia reverteu a provisão referente ao processo tributário relativo aos créditos de PIS e COFINS sobre as despesas de propaganda, no montante de R\$108. A Companhia, demonstrou por meio de estudos técnicos, a essencialidade desses gastos sobre a performance de vendas nos últimos anos. Adicionalmente, baseada em opiniões recentes do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") e em nossos consultores jurídicos externos, em uma eventual discussão judicial, a probabilidade de desembolso de caixa seria possível.

Em 30 de setembro de 2020, os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS, no montante de R\$39 (R\$39 em 31 de dezembro de 2019), tendo sido provisionado com base na avaliação dos advogados externos e corroborada pela Administração.

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas relacionados com o desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.164 (R\$1.503 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui 22.858 processos trabalhistas ativos em 30 de setembro de 2020 (28.180 em 31 de dezembro de 2019). A provisão para obrigações trabalhistas é calculada com base nas perdas efetivas históricas aplicadas à totalidade dos processos ativos por cargos.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível. Os principais processos são:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 30 de setembro de 2020, o saldo da provisão era de R\$37 (R\$44 em 31 de dezembro de 2019);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 31.774 processos cíveis em andamento em 30 de setembro de 2020 (41.471 em 31 de dezembro de 2019). A provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e no momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos. Em 30 de setembro de 2020, o saldo da provisão era de R\$241 (R\$279 em 31 de dezembro de 2019).

b) Passivos contingentes

- (i) A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas, totalizando R\$3.529 em 30 de setembro de 2020 (R\$2.007 em 31 de dezembro de 2019), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais, gerados em virtude de créditos provenientes de êxito em processos judiciais, divergência de recolhimentos e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (ii) autuação fiscal em decorrência da não tributação de PIS e COFINS sobre valores considerados, segundo a Receita Federal, como receitas tributáveis, entre elas, as bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de Administração de cartões; (iv) autuação decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) outros de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$905 em 30 de setembro de 2020 (R\$772 em 31 de dezembro de 2019);
- Lei do Bem: autuação fiscal relativa ao ano-calendário de 2016 em razão da desconsideração da revogação do benefício da alíquota zero de PIS/COFINS nas vendas a varejo de produtos de informática e smartphones, no âmbito do Programa de inclusão Digital, pela MP nº 690/2015 e convertida na Lei nº 13.241/15. O valor do auto de infração corresponde a R\$921 de PIS e COFINS em 30 de setembro de 2020.
- ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: autuação fiscal decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$257 em 30 de setembro de 2020.

- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) autuações fiscais decorrentes de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as secretarias da fazenda estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) autuações decorrentes de apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$994 em 30 de setembro de 2020 (R\$955 em 31 de dezembro de 2019);
- Ágio Mandala: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$264 de IRPJ e CSLL em 30 de setembro de 2020 (R\$92 em 31 de dezembro de 2019).

Cíveis e outros

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$178 (R\$183 em 31 de dezembro de 2019).

c) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Previdenciárias e trabalhistas	419	517	436	532
Tributárias	109	61	114	65
Cíveis e outros	75	31	75	32
	603	609	625	629

d) Garantias e fianças bancárias

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Ações	30.09.2020
Previdenciárias e trabalhistas	1.572
Tributárias	1.051
Cíveis e outras	319
	2.942

A Companhia apresenta em 30 de setembro de 2020, fianças bancárias envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$746.

As garantias corporativas outorgadas pela Companhia Brasileira de Distribuição em 30 de setembro de 2020, totalizam R\$2.505.

18. Operações de arrendamento mercantil

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações a IFRS 16 – Arrendamentos referentes a benefícios relacionados a COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. Em 7 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que equivale a IFRS em questão. A referida Deliberação aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020.

Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado a COVID-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do período. A Companhia e suas subsidiárias aplicaram o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20.

a) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado (*)	3.334	3.401
Adições e remensurações	359	364
Baixas	(108)	(114)
Depreciação	(387)	(391)
Incorporação Cnova	35	-
Saldo em 30 de setembro de 2019 - reapresentado (*)	3.233	3.260
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.612	3.640
Combinação de negócios	-	11
Adições e remensurações	217	217
Baixas	(365)	(365)
Depreciação	(430)	(432)
Saldo em 30 de setembro de 2020	3.034	3.071

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso na Demonstração do resultado

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e juros do passivo de arrendamento no custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)
Depreciação	96	81	98	86

Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado (*)	4.137	4.299
Adição e remensuração	358	361
Baixas	(109)	(109)
Pagamento de principal	(352)	(362)
Pagamento de juros	(306)	(315)
Juros incorridos	307	315
Incorporação Cnova	117	-
Saldo em 30 de setembro de 2019 – reapresentado (*)	4.152	4.189
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.543	4.583
Combinação de negócios	-	12
Adição e remensuração	215	216
Baixas	(519)	(519)
Pagamento de principal	(288)	(290)
Pagamento de juros	(288)	(292)
Descontos obtidos	(83)	(83)
Juros incorridos	288	292
Saldo em 30 de setembro de 2020	3.868	3.919
Circulante	631	636
Não circulante	3.237	3.283

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

b) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
Ano	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2021	221	(83)	138	223	(88)	135
2022	862	(302)	560	871	(307)	564
2023	785	(255)	530	794	(259)	535
2024	653	(211)	442	662	(215)	447
2025	554	(172)	382	563	(176)	387
Mais de 5 anos	1.571	(386)	1.185	1.609	(394)	1.215
	4.646	(1.409)	3.237	4.722	(1.439)	3.283

c) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 30 de setembro de 2020, de R\$461 na Controladora e R\$467 no Consolidado (R\$492 na Controladora e R\$499 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019).

d) Impacto da COVID-19.

Em 21 de março de 2020, a Companhia comunicou, por meio de fato relevante, o fechamento de todas as suas lojas físicas em decorrência das restrições implementadas pelas autoridades para enfrentamento da pandemia da COVID-19. Além disso, a Companhia divulgou um comunicado ao mercado em 17 de abril de 2020, em que restou informado que no âmbito da crise econômica mundial desencadeada pela pandemia da COVID-19 a Administração já estava, de forma preventiva e em linha com as medidas de preservação de caixa adotadas por diversas empresas no atual contexto, renegociando a cobrança e o diferimento do pagamento de aluguéis relativos a todos os seus imóveis locados (em especial, das lojas físicas que encontram-se temporariamente fechadas em decorrência das medidas de contenção da pandemia). A Companhia esclareceu que todos os aluguéis referentes ao mês de março foram pagos, incluindo eventuais descontos negociados com os respectivos proprietários, sem prejuízo das demais medidas necessárias visando a renegociação ou diferimento dos aluguéis relativos a meses subsequentes. A Companhia destaca que conferiu tratamento isonômico a todos os locadores no contexto das renegociações, inclusive aos proprietários de imóveis enquadrados como partes relacionadas, nos termos da Política de Transação de Partes Relacionadas da Companhia, o que não necessariamente implica em resultado idêntico em todas as negociações, dadas as peculiaridades e especificadas de cada locação.

- e) Apresentação dos efeitos retrospectivos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/ SEP/nº 02/2019

Conforme divulgado na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com os efeitos desde o início do primeiro período praticável e, consequentemente, os períodos comparativos foram reapresentados considerando o valor presente dos fluxos de caixa de pagamento integral de arrendamento, sem qualquer exclusão dos tributos a recuperar.

Adicionalmente, a Companhia reapresenta, sem qualquer exclusão dos tributos a recuperar, os efeitos no balanço patrimonial referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, e nas demonstrações do resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, os fluxos de caixa e do valor adicionado, do mesmo período, para permitir a comparação com as informações contábeis intermediárias apresentadas em 30 de setembro de 2020. Tais efeitos estão reapresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
Balanço patrimonial débito (crédito)	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado
Ativo circulante						
Estoque	4.462	43	4.505	4.477	43	4.520
Ativo não circulante						
Tributos diferidos	1.052	(14)	1.038	1.083	(15)	1.068
Ativo de direito de uso	2.988	245	3.233	3.014	246	3.260
Passivo circulante						
Passivo de arrendamento	857	(257)	600	863	(257)	606
Passivo não circulante						
Passivo de arrendamento	2.983	569	3.552	3.014	569	3.583
Patrimônio líquido	1.474	(38)	1.436	1.474	(38)	1.436

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do resultado receita (despesa)	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(11.995)	29	(11.966)	(12.943)	29	(12.914)
Despesas com vendas	(3.256)	5	(3.251)	(3.647)	6	(3.641)
Depreciações e amortizações	(461)	(18)	(479)	(482)	(18)	(500)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(471)	19	(452)	(482)	18	(464)
Resultado financeiro, líquido	(726)	(2)	(728)	(774)	(2)	(776)
Imposto de renda e contribuição social	209	(12)	197	218	(12)	206
Resultado básico por ação (reais por ação)	(0,44670)		(0,43077)	-		-
Resultado diluído por ação (reais por ação)	(0,44656)		(0,43077)	-		-

	Controladora			Consolidado		
Demonstração dos fluxos de caixa - gerado / (aplicado)	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado
Atividades operacionais	(1.677)	28	(1.649)	(2.310)	28	(2.282)
Atividades de financiamento	413	(28)	385	393	(28)	365

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do valor adicionado	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado	30.09.2019 originalmente apresentado	Efeitos da reapresentação	30.09.2019 reapresentado
Valor adicionado total a distribuir						
Insumos adquiridos de terceiros	(14.948)	20	(14.928)	(14.527)	20	(14.507)
Retenções	(555)	(35)	(590)	(599)	(36)	(635)
Valor adicionado recebido em transferência	(90)	1	(89)	167	1	168
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal	2.064	1	2.065	2.112	(1)	2.111
Impostos, taxas e contribuições	1.049	(14)	1.035	3.059	(13)	3.046
Remuneração de capital de terceiros	904	(22)	882	970	(22)	948
Remuneração de capitais próprios	(579)	21	(558)	(579)	21	(558)

19. Receitas diferidas

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	31.12.2019
Garantias complementares ou estendidas	1.167	1.260	1.167	1.260
Bradesco	168	240	168	240
Seguros e serviços	118	128	118	128
Outros	10	7	121	7
	1.463	1.635	1.574	1.635
Circulante	366	369	397	369
Não circulante	1.097	1.266	1.177	1.266

b) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora	Consolidado
3 meses de 2021	91	98
2022	344	417
2023	327	327
2024	312	312
2025	23	23
Total	1.097	1.177

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2020 era de R\$5.132 (R\$2.903 em 31 de dezembro de 2019) e estava representado por 1.597.017 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal. Durante o período findo em 30 de setembro de 2020, houve os seguintes aumentos de capital:

Data do aumento de capital	Valores em Reais	Quantidade de ações ordinárias
12/02/2020 (*)	600.179,02	313.131
25/03/2020 (*)	204.982,26	48.798
13/05/2020(*)	6,08	1.824
15/06/2020 (**)	2.227.500.000,00	297.000.000

(*) Exercício de planos de opções de ações

(**) Em 15/06/2020, houve uma oferta pública de distribuição primária de ações, cujo montante total foi de R\$4.455. Desse valor, 50% foi destinado ao aumento do Capital Social. Foram incorridos custos na emissão subsequente de ações no montante de R\$94, líquido dos efeitos tributários.

b) Ações em tesouraria

Em razão da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. Um acionista da Companhia optou pelo exercício do direito de recesso, totalizando 300 mil ações preferenciais, correspondente, à época, a 0,04% do total de ações preferenciais da Companhia. O valor de reembolso foi calculado com base no Patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 (R\$2,29 por ação), totalizando o montante de R\$685.839,75 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) pago em 5 de outubro de 2018. As 300 mil ações foram recompradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

c) Transações de capital

Nesta conta, foram registradas variações decorrentes de mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

d) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

(ii) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$40 (R\$2 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (*Phantom Shares*)

Em 5 de agosto de 2020, a Companhia outorgou 121.918 Phantom Shares, equivalentes a 365.754 ações ordinárias de emissão da Companhia, aos beneficiários do programa. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle, durante o período de 5 anos contados da data de outorga prevista no contrato de outorga, o beneficiário terá o direito de receber o prêmio em 3 parcelas a partir do terceiro aniversário da data da outorga na proporção dos seguintes percentuais: (i) 40% do prêmio na data do terceiro aniversário; (ii) 30% do prêmio na data do quarto aniversário; e (iii) 30% do prêmio na data do quinto aniversário.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$17 (R\$14 em 31 de dezembro de 2019). O total da despesa reconhecida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$17 (R\$3 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

(iii) Ágio na subscrição de ações

O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial, e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital. Em 15 de junho de 2020, houve uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, com a emissão de 297.000.000 de novas ações ao preço de R\$15,00 (quinze reais) cada, dentro do limite do capital autorizado, de forma que o montante total da Oferta Restrita foi de R\$4.455.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais).

Foi determinado que, do preço por ação de R\$15,00: (i) o valor de R\$7,50 foi destinado a conta de Capital Social da Companhia, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais) em aumento do Capital Social e (ii) o valor remanescente de R\$7,50 foi destinado à formação de Reserva de Capital, em conta de Ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R\$2.227.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais).

21. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019	30.09.2020	30.09.2019
Mercadorias	20.959	17.134	20.964	18.521
Financeira operacional	1.210	1.283	1.210	1.283
Serviços	670	750	679	866
Serviços de frete e montagem	331	272	331	303
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	23.170	19.439	23.184	20.973
Tributos sobre mercadorias	(3.534)	(2.369)	(3.549)	(2.701)
Tributos sobre finanças operacionais	(54)	(60)	(54)	(60)
Tributos sobre serviço	(83)	(93)	(83)	(112)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(67)	(56)	(67)	(58)
Tributos sobre faturamento	(3.738)	(2.578)	(3.753)	(2.931)
Receita operacional líquida	19.432	16.861	19.431	18.042

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)
Custo com estoques vendidos	12.276	11.427	12.194	12.211
Despesas com pessoal	1.734	1.854	1.788	1.962
Despesa com serviços de terceiros	1.814	1.116	1.870	1.411
Despesas com frete	757	518	758	600
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	556	408	556	452
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	(2)	261	(3)	264
Reversão obrigações tributárias	-	(108)	-	(108)
Outros	55	266	75	306
	17.190	15.742	17.238	17.098
Custo de mercadorias e serviços vendidos	12.849	11.966	12.857	12.914
Despesas com vendas	3.899	3.251	3.900	3.641
Despesas gerais e administrativas	442	525	481	543
	17.190	15.742	17.238	17.098

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)
Despesas com reestruturação (i)	(207)	(281)	(210)	(280)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	6	(186)	9	(192)
Outras	38	15	44	8
	(163)	(452)	(157)	(464)

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Nessa linha estão registrados, principalmente, os gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(296)	(212)	(296)	(213)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(168)	(234)	(168)	(274)
Atualizações passivas	(129)	(60)	(132)	(65)
Juros de passivo de arrendamento	(288)	(307)	(292)	(315)
Outras despesas financeiras	(96)	(41)	(96)	(45)
Total de despesas financeiras	(977)	(854)	(984)	(912)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	33	12	34	16
Atualizações ativas	296	90	296	90
Antecipação a fornecedores	26	23	26	27
Outras receitas financeiras	2	1	3	3
Total de receitas financeiras	357	126	359	136
Resultado financeiro, líquido	(620)	(728)	(625)	(776)

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

25. Resultado por ação

a) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível (prejuízo) aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação.

	30.09.2020	30.09.2019 reapresentado (*)
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	668	(558)
Total lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	668	(558)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.415.634	1.295.181
Lucro (Prejuízo) básico por ação (em R\$)	0,47222	(0,43077)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	41.298	-
Média ponderada das quantidades de ações	1.415.634	1.295.181
Média ponderada diluída das ações	1.456.932	1.295.181
Lucro diluído (prejuízo) por ação (em R\$)	0,45884	(0,43077)

(*) Os saldos foram reapresentados de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 com efeitos retrospectivos na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Para o período findo em 30 de setembro de 2019, as opções de compra de ações não têm efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

26. Cobertura de seguros

A cobertura de seguro em 30 de setembro de 2020, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	12.649
Lucro	Lucros cessantes	5.388
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	110
(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").		

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$330.

27. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis.

28. Eventos subsequentes

Aquisição da I9XP Tecnologia e Participações S.A. ("I9XP")

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a celebração, por meio da sua controlada VVLog, dos documentos definitivos relativos à aquisição de 100% das ações emitidas pela I9XP Tecnologia e Participações S.A. A I9XP é uma empresa de tecnologia especializada em desenvolvimento de soluções para o e-commerce. Essa aquisição faz parte da estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos especiais como marketplace e logística. A consumação da aquisição está sujeita ao cumprimento de algumas condições previstas nos documentos definitivos.

Recompra de créditos de PIS e COFINS

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8.a.(ii), em dezembro de 2018, a Companhia alienou parte do direito aos créditos relativos ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS para um terceiro, pelo valor total de R\$50. Em março de 2019, fez uma alienação adicional pelo valor de R\$50.

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia assinou distrato referente à cessão dos créditos supramencionados e em virtude da rescisão a Companhia pagou ao cessionário o montante de R\$ 190.

Aquisição de participação acionária no capital da Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Growth")

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que por meio de sua controlada CNova, foram celebrados os documentos definitivos relativos à aquisição de 16,67% do Capital da Growth Partners Investimentos e Participações S.A., sociedade que detém o controle da *startup* DISTRITO ("Aquisição").

Fundado em 2014, o DISTRITO é um hub de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o DISTRITO conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis.